

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE

PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO

1

ATA DA QUARTA REUNIÃO PLENÁRIA DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO 9 DE JANEIRO DE 2013

Aos nove dias do mês de Janeiro do ano de 2013, pelas 10:30 horas, reuniram-se nas instalações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, os representantes das entidades e serviços que integram a Comissão de Acompanhamento (seguidamente, designada CA) do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Miranda do Douro (seguidamente, designado PDM), constituída pelo Aviso nº 24875/2008, de 13 de Outubro de 2008.

Nos termos do disposto no artigo 13.º da Portaria nº 1474/2007, de 16 de Novembro, a reunião teve a seguinte ordem de trabalhos, conforme disposto na convocatória enviada através do ofício ID: 1304112:

1. Leitura e aprovação da ata da 3.ª reunião plenária;
2. Apresentação da proposta de ordenamento;
3. Apreciação da proposta de Reserva Ecológica Nacional (REN);
4. Programação dos trabalhos de elaboração do PDM;
5. Outros assuntos julgados de interesse.

Dos serviços e entidades convocadas, registaram-se as seguintes presenças:

- Representante da CCDRN – Dr.ª Fernanda Neves;
- Representante da Câmara Municipal de Miranda do Douro – Eng.ª Jesuína Granjo;
- Representante da Câmara Municipal de Mogadouro – Arq.ta Alexandra Carlota Machado;
- Representante da Câmara Municipal de Vimioso – Eng.ª Sofia Diz;
- Representante da Agência Portuguesa do Ambiente (ex-ARHN) (a seguir designada por APA) – Eng.º António Pinto Ferreira;

pequena correção foi sugerida pelos representantes da Câmara Municipal relativamente à designação “Picoto” a substituir por “Picote” (página 5).

Em jeito de nota introdutória, a Dr.ª Fernanda Neves deu conhecimento a toda a CA da reunião setorial ocorrida no Verão de 2012, com a presença da CM, CCDR e ICNF, com o objetivo de debater os perímetros urbanos inseridos na área do Parque Natural do Douro Internacional (adiante designado PNDI).

Posteriormente realizou-se outra reunião, alargada à presença de todas as Câmaras Municipais que integram o PNDI, visando a articulação dos perímetros urbanos propostos, os definidos nos PDM dos diferentes concelhos e os do Plano de Ordenamento do Parque. Dessa reunião resultou um breve memorando, colocado à consideração de todos os Presidentes de Câmara.

Concluiu, frisando como ponto fundamental desta 4.ª reunião da CA, a apreciação da proposta de REN, a enviar à Comissão Nacional (adiante designada CNREN) até o dia 13 de Fevereiro do corrente ano, de molde a ser apreciada ao abrigo do anterior regime. Nessa circunstância, resultou uma ata parcial assinada por todos os presentes, que constitui anexo à presente.

2. Apresentação da proposta de ordenamento

Dando cumprimento ao segundo ponto da ordem de trabalhos, em representação da CM, a equipa do plano, pela voz do Eng.º José Brás, expôs os aspetos primordiais da proposta de plano, estabelecidos e/ou concluídos até à data da quarta reunião da CA. Enfatizou as matérias em falta no presente momento, designadamente, a delimitação da Reserva Agrícola Nacional (RAN), da Estrutura Ecológica Municipal (EEM) e caracterização do Património Cultural.

No que respeita à RAN, estão agendadas para o mês corrente sessões de trabalho com o representante da Direção Regional da Agricultura, no sentido de concluir o dossier e avançar com a inclusão desta servidão na proposta de plano. Relativamente ao Património Cultural, a Câmara já concluiu a elaboração das fichas identificativas, não se tendo proporcionado o seu envio à CCDR e Secretaria de Estado da Cultura. Estabeleceu-se que a equipa analisaria os referidos elementos de inventariação do património e transporia os sítios e respetivas zonas de proteção para a proposta de ordenamento.

Apresentou o modelo territorial concelhio, o qual resumidamente se baseia na centralidade da cidade de Miranda (sede de concelho) e Sendim (a sul do concelho); as redes de ligação, apoiadas no IC5 de Mogadouro a Duas Igrejas e a intenção do seu prolongamento para Espanha; a rede de lugares centrais, tendencialmente contidos; as áreas de Rede Natura 2000 e as incluídas no PNDI.

- Sobre a questão que visava conhecer a eventual proposta de articulação com o SIG para efeitos de gestão municipal, a CM afirmou ter propostas de implementação de sistemas variadas, sendo inconcebível pensar gerir o território sem recurso a essa ferramenta.

- Dispôs ainda, a necessidade de distinção da simbologia associada à rede viária e à representação da hidrografia e edificado. Por último, mencionou a existência de uns triângulos vermelhos nas folhas D e G da planta de ordenamento que, constituindo um lapso – como a equipa evidenciou -, deverão ser retirados, tal como, os espaços em branco sem qualquer simbologia associada.

- Chamou a atenção para a inclusão no *dossier* da nova Portaria da REN, a referência aos diplomas em falta e questões textuais, que serão detalhadas em *email* a enviar à equipa/CM.

Posto isto, passou a palavra aos representantes dos serviços presentes, para que, no âmbito das suas competências, se pronunciassem sobre a proposta apresentada.

A representante do ICNF, Arq.^a Luísa Jorge, informou que seria elaborado um único parecer que englobaria os contributos nas matérias de Conservação e Florestas (domínios incumbidos ao ex-ICNF e ex-AFN) relativamente a esta 4.^a reunião. Referiu também que a presença de valores naturais prioritários incluídos na Rede Natura 2000 e as áreas com maior nível de proteção deverão integrar os “espaços naturais”. A representante esclareceu que, à exceção da área de Barrocal do Douro, a representação dos níveis de proteção não é muito expressiva. A equipa expôs o seu entendimento, referindo que, sendo muitas destas áreas agricultadas e pelo facto de os espaços naturais terem maior ligação à ocupação humana, achavam pertinente e justificada a diferenciação da proposta. Relativamente à proposta da Zona Industrial da Pena Branca, mostrou a sua discordância com o pretendido, pelo facto de a mesma não se encontrar definida no plano de ordenamento do Parque Natural, sendo que, os perímetros urbanos propostos deverão submeter-se às áreas já definidas, não sendo permitida a alteração do regime do solo, a não ser, naturalmente, pela alteração do plano de ordenamento do Parque Natural. Concluiu a intervenção nesta matéria, chamando a atenção para a necessidade de se cumprirem as orientações dispostas no manual das normas técnicas desta entidade. No que respeita à verificação das áreas ardidas, nível de perigosidade e regime florestal, referiu ser conveniente a identificação das áreas ardidas em espaço florestal, das eventuais situações de conflito entre os perímetros urbanos e áreas ardidas e inclusão da informação relativa ao ano de 2011, disponibilizada no *site* da entidade. Por último, dada a natureza das questões levantadas, propôs a realização de uma reunião setorial, que ficou agendada para dia 18 de Fevereiro, pelas 14h30 nas instalações da CCDR, para esclarecimento do que ficou dito (e outras questões consideradas pertinentes) ao nível da conservação e florestas.

O representante das Estradas de Portugal, Eng.^a Nuno Gama, não considerou a proposta inconveniente, justificando que a maior preocupação da entidade que representa se prender com a delimitação de perímetros urbanos ao longo das estradas nacionais, situação que a proposta apreciada não compreende.

O representante da Autoridade Nacional da Proteção Civil, Eng.º João Pinheiro, comprometeu-se a enviar o parecer.

A representante da Ambisitus, Eng.^a Sofia Pinto, nada apresentou a opor.

Por último, os representantes da CM de Vimoso não colocaram qualquer entrave à proposta apresentada. Esclareceram que os trabalhos de revisão do plano de Vimoso se encontram numa situação de maior atraso.

3. Apreciação da proposta de Reserva Ecológica Nacional (REN)

Dando cumprimento ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, a equipa do plano expôs as questões relacionadas com o processo de delimitação da REN, nos termos seguintes:

- a) Identificação das diferentes tipologias que integram a REN,

Globalmente, a delimitação proposta integra cerca de 15% do concelho em REN, sendo de maior relevância, a demarcação das tipologias “áreas com risco de erosão” e “cabeceiras das linhas de água”. O território caracteriza-se pela topografia planáltica, à exceção das escarpas do Douro.

- b) Identificação das propostas de exclusão,

Compreendem a retirada de cinco áreas identificadas como existentes (C) e 6 áreas decorrentes da estratégia municipal (E), as quais somam 2,94ha e 5ha respetivamente.

Terminada a apresentação, os representantes das várias entidades pronunciaram-se nos termos expostos na ata parcial, lavrada e assinada no dia da reunião, a qual constitui anexo à presente.

4. Programação dos trabalhos de elaboração do PDM

Terminada a apresentação e tecidos os devidos comentários e sugestões, elencaram-se as matérias em falta, tendo ficado acordado a realização das seguintes sessões de trabalho:

- Dia 21 e 23 de Janeiro - trabalho de campo com o representante da DRAP para estabilização da RAN;
- Dia 18 de Fevereiro - reunião setorial com o ICNF, pelas 14h30 na CCDR;
- A próxima reunião plenária ficou apontada para meados de Maio.

José Amaral (Unidade Local de Saúde do Nordeste)

Luísa Jorge e Anabela Possacos (ICNF)

Nuno Gama (Delegação Regional de Bragança – Estradas de Portugal, EP)

José Saavedra (Direção Geral do Território)

João Pinheiro (Autoridade Nacional de Proteção Civil)

José Brás (GIPP)

Sofia Pinto (Ambisitus)

Fernanda Neves e Cecília de Jesus (CCDRN).

Anexo: ata relativa ao ponto 3 da ordem de trabalhos da 4.ª reunião plenária